

Povos indígenas, epistemologias e transformações no campo da Educação

A presença crescente de pesquisadores, estudantes e coletivos indígenas em diferentes espaços acadêmicos, culturais, políticos e sociais vem tensionando os modos hegemônicos de produção, validação e circulação do conhecimento. No campo educacional, esses processos convocam ao reconhecimento da agência e do protagonismo histórico dos povos originários, e, especialmente, da existência de epistemologias plurais, em um movimento de reflexão crítica que problematiza a centralidade de matrizes eurocêntricas que historicamente estruturaram currículos escolares, universitários e também as políticas de produção e validação do conhecimento.

Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas por/com povos indígenas têm se mostrado fundamentais para ampliar o debate sobre pluralismo epistêmico, intercientificidade, interculturalidade e justiça cognitiva, na medida em que colocam em primeiro plano outros modos de compreender o mundo, o território, a ancestralidade, a coletividade e os processos educativos, sendo as práticas de pesquisa construídas em moldes colaborativos, de forma a valorizar relações, saberes originários. Parte-se do entendimento de que os conhecimentos indígenas constituem sistemas complexos de pensamento, articulados a cosmopercepções, territorialidades, práticas socioculturais e modos próprios de ensinar e aprender, os quais desafiam fronteiras disciplinares e concepções universais de ciência.

Dando visibilidade a este conjunto de temas contemporâneos que interessam ao campo educativo, os 16 artigos que integram o presente dossiê estão articulados a três eixos temáticos principais. O **primeiro** voltado a abordagens da Educação Escolar Indígena e das pedagogias próprias dos povos originários. Neles, a escola é apresentada como um espaço de resistência e de construção de metodologias alicerçadas nos modos de vida de cada povo e comunidade, na sua ancestralidade, e tendo como princípios o diálogo, a escuta da comunidade, o mutirão, a interculturalidade, o território e outros espaços compartilhados de Bem Viver.

Nesse sentido, o artigo *Educação Guarani em interculturalidade: o valor da re-existência de memórias e ensinamentos de uma sabedoria ancestral*, de autoria

de Ana Maria Melo de Pinho, Ana Luisa Teixeira de Menezes e Sebastián Daniel Castiñeira parte de vivências e escutas realizadas junto ao povo Mbyá Guarani, especialmente em territórios do Brasil e da Argentina, e busca compreender a educação indígena como experiência vivida, enraizada na ancestralidade, na espiritualidade e na relação com o território. A reflexão é mobilizada pelas falas de intelectuais indígenas, que convocam a pensar o valor da existência Guarani e, com ela, a re-existência de memórias e ensinamentos ancestrais.

Partindo de uma pesquisa bibliográfica e documental, o artigo *Educação indígena Kaingang: de uma pedagogia colonizadora à intercultural* é escrito por Telmo Marcon apresenta e analisa aspectos históricos e desafios contemporâneos da educação indígena Kaingang. Indaga-se, em especial, sobre as formas de construir e fortalecer uma educação intercultural na atualidade, articulando as realidades das comunidades indígenas, os currículos, metodologias, didáticas, e os saberes do povo Kaingang. Desse modo, sinalizam para avanços e desafios da educação escolar indígena em perspectiva intercultural.

Já o texto *Nhemongueta e mutirão: pedagogias dos territórios em uma escola indígena Guarani*, escrito por Maria Martinha Barbosa Mendonça, Ana Paula Massadar Morel e Mariana Paladino discute o Nhemongueta (espaço de diálogo, escuta e decisão coletiva) e o Mba'eapo/Nhembiapo (mutirão/trabalho coletivo) como processos pedagógicos e organizativos que tensionam e ressignificam a gestão, o currículo e os sentidos da educação escolar. O texto recupera a trajetória de retomada territorial e os processos de “guaranização da escola”, marcada por disputas em torno da língua, da espiritualidade, da gestão escolar e da permanência das crianças e jovens no território, visto como agente pedagógico fundante.

Ainda neste eixo, o texto *A educação diferenciada para os professores Karitiana do estado de Rondônia/RO*, de Carlos Magno Naglis Vieira, Joel Batista Pitana Karitiana e Rozane Alonso Alves, dialoga sobre o sentido de educação diferenciada significativo para professores Karitiana da Escola Estadual Kyowã (Aldeia Central, Rondônia). Os argumentos reunidos por meio da conversa entre professores indicam que educação diferenciada não se reduz a um conceito teórico ou a um dispositivo legal; ela é, sobretudo, uma construção cotidiana, marcada por tensões, avanços, retrocessos e, acima de tudo, pela resistência de um povo que se recusa a ter sua identidade e seus saberes silenciados dentro do próprio espaço escolar.

Artigo *Tecnologias sociais a partir dos processos próprios de aprendizagens Guarani e Kaiowá*, escrito por Marinês Soratto, Adir Casaro Nascimento e Gustavo dos Santos Souza, que examina os modos de saber e fazer Guarani e Kaiowá na Aldeia Taquaperi, em Coronel Sapucaia-MS, no que se refere aos conhecimentos tradicionais, em diálogo com os conhecimentos ocidentais. O estudo permite entender como as tecnologias sociais dos Guarani e Kaiowá sustentam-se na oralidade, na espiritualidade, na relação com o território e em experiências comunitárias. No campo educativo, tais tecnologias são oportunas para que sejam reconhecidas as bases epistemológicas e cosmológicas distintas que estão presentes na produção do conhecimento.

O **segundo eixo** está voltado à discussão sobre a **presença indígena na educação superior**- nos âmbitos da graduação e, em especial, da pós-graduação. São cinco artigos dedicados às discussões sobre acesso e permanência na universidade. Os artigos discorrem sobre desafios financeiros, barreiras institucionais, falta de apoio ou de abertura para a diferença, mas, sobretudo, sobre o protagonismo indígena, os modos como essa presença tensiona o saber eurocêntrico, promovendo o “reflorestamento” e a interculturalização dos conhecimentos e dos espaços acadêmicos.

Abrindo este eixo, apresenta-se o texto *Epistemologias indígenas na pós-graduação: diálogos interculturais para reflorestar a Educação*, escrito por Maria Aparecida Bergamaschi, Bruno Ferreira e Patricia Oliveira Brito, dedicado à discussão de possíveis repercussões da presença indígena no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir do levantamento de trabalhos concluídos de mestrado e doutorado, da leitura das teses e dissertações e de uma análise atenta às mudanças no espaço acadêmico. O texto localiza movimentos que trazem para os espaços de pesquisa conhecimentos e sabedorias das comunidades indígenas e, embora sejam pequenas rachaduras que forjam na univocidade acadêmica, esses pesquisadores estão contribuindo para reflorestar a Educação, com a insurgência de ontologias e epistemologias próprias.

Escrito por Joelma Boaventura da Silva e Antônio Hilário Aguilera Urquiza, o artigo *Contexto de discentes indígenas na Universidade Estadual da Bahia: estudo de caso*, dá visibilidade às vivências acadêmicas indígenas na Universidade do Estado da Bahia (BA) entre os anos de 2015 e 2020. Pelas

palavras de estudantes de graduação de diferentes povos indígenas, são apresentados desafios de estar na universidade e formas de apoio construídas ao longo dos percursos.

Já o artigo de autoria de Mylene Cristina Santiago e Abdeljalil Akkari, com o título *Perspectivas de educação intercultural: indígenas no ensino superior brasileiro* busca entender como se constitui um diálogo entre políticas educacionais e epistemologias indígenas. Com base em pesquisa bibliográfica, o estudo evidencia que, embora políticas públicas como cotas e licenciaturas interculturais tenham ampliado o acesso, persistem barreiras institucionais e epistemológicas que dificultam a valorização dos saberes indígenas.

Em perspectiva semelhante, o artigo *Redes de apoio e permanência indígena no ensino superior: experiências situadas em uma universidade pública brasileira*, Juliana Barbosa Consonni, Angelina Ferreira Luciano e Shirlene Luciano, versa sobre o acesso dos povos indígenas ao ensino superior e sobre desafios relacionados à permanência e à continuidade das trajetórias acadêmicas de estudantes indígenas. Analisa também o papel de redes de apoio formais e informais na permanência de estudantes indígenas no ensino superior, especialmente diante do racismo e das limitações das políticas específicas voltadas a esses estudantes.

A discussão sobre acesso, permanência e participação efetiva dos estudantes indígenas em cursos universitários é trazida também no artigo *Presença indígena no ensino superior: entre políticas de acesso, cursos específicos e discussões linguísticas*, escrito por Adria Simone Duarte de Souza, Celia Aparecida Bettiol e Jeiviane Justiniano da Silva e especificamente voltado ao contexto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Indaga-se sobre as possibilidades de a presença indígena em cursos interculturais romper com dinâmicas históricas de subalternização e epistemicídio, e de promover formas de interculturalidade e reconfiguração dos regimes de saber.

Também versando sobre processos formativos na educação superior, mas desta vez focalizando a pesquisa em contexto indígena, o artigo *Da extensão à pesquisa-partilha com comunidades indígenas: outros modos de construir conhecimentos* de Leiliani de Castro e Mônica Kaseker, sistematiza metodologias decoloniais/contracoloniais construídas em um projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina junto às comunidades de Apucarantina, Barão de Antonina, Laranjinha, Pinhalzinho e Ywyporã. Indica-se, em especial, as possibilidades de

pesquisa-partilha intercultural comprometida com o protagonismo indígena e com suas dinâmicas próprias de conversar, fazer memória e compartilhar.

O **terceiro** eixo temático deste dossiê congrega artigos que, por um lado, contestam perspectivas únicas na produção do conhecimento e, por outro lado, explicitam epistemologias indígenas e seu potencial para a produção de diálogos interepistêmicos. Destacam-se, em alguns destes textos, práticas de pesquisa engajada, aquela que examina criticamente as formas de representação das culturas indígenas em produções didáticas e as que se inserem nos espaços e tempos das comunidades, como a “pesquisa-partilha” e a cartografia “sentipensante”, onde se prioriza a escuta das comunidades e se defende uma produção de conhecimento fundamentada no diálogo intercultural e no respeito mútuo. Outro subconjunto apresenta fecundas discussões sobre as cosmopercepções de povos específicos sobre terra, céu, padrões matemáticos, simetrias, argumentam sobre tecnologias sociais baseadas na oralidade e espiritualidade ou, ainda, indagam sobre formas como as culturas indígenas são representadas em livros amplamente utilizados nas escolas de Educação Básica.

Abrem-se as discussões deste eixo com o artigo *Representações dos povos indígenas em livros didáticos: deslocamentos, permanências e disputas simbólicas no PNLD 2024*, escrito por Lara Tatiana Bonin, Edgar Roberto Kirchof e Joelma Sá Figueiredo. Tomando seis coleções de livros didáticos de Língua Portuguesa destinadas ao Ensino Fundamental (seleção PNLD 2024), os autores identificam um significativo deslocamento nas formas de nomeação e de caracterização dos povos indígenas nestes materiais, resultante de marcos legais importantes e de lutas dos movimentos indígenas. Mas eles também mostram que, nos modos de representar as culturas originárias, sobrevivem marcas de um imaginário colonial, expressas, por exemplo, na folclorização e generalização cultural, o que indica ser o livro didático espaço de disputas simbólicas e lutas culturais.

Já o artigo *Epistemologias Indígenas e a Ampliação das Compreensões Epistemológicas da Ciência Ocidental*, escrito por Jonathas Antunes do Vale e Marcelo Calegare, apresenta uma revisão crítica de literatura sobre epistemologias desenvolvidas, praticadas e transmitidas pelos povos indígenas. Sendo essas epistemologias concernentes aos modos de compreender e interagir com o mundo que antecedem e transcendem os paradigmas científicos contemporâneos, em muitos estudos elas se apresentam como contraponto à ciência contemporânea

e, em outros, como potência viva e capaz de ampliar os horizontes de reflexão e ação sobre importantes temas e problemas da humanidade.

Já no texto *Más allá del Laboratorio: sobre una forma de hacer Antropología Social*, de autoria de Carolina Andrea Maidana, María Fernanda Alonso, Griselda Laura Aragon, Nadia Voscobonik e Lucía Aljanati, apresenta a trajetória do Laboratorio de Investigaciones en Antropología Social (LIAS) da Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Por meio de análise documental, entrevistas e revisão de outros estudos, o trabalho permite entender como o laboratório é espaço para contestação de perspectivas antropológicas positivistas e para a criação de estratégias de pesquisa construídas em bases dialógicas, interculturais e pluriepistêmicas; práticas de uma antropologia que se constroi junto aos e não sobre os povos indígenas.

Aproximando as discussões epistemológicas de contextos específicos e contextualizados, o artigo *Relações céu-terra do povo Truká: implicações para a Astronomia nas Culturas e a Educação Escolar Indígena*, de Cristiano A. dos Santos, Alan Alves-Brito e Claudio Rejane Dantas, traz uma importante discussão sobre as relações céu-terra do Povo Truká, destacando os seus conhecimentos ancestrais sobre a Lua na relação com atividades agrícolas, de criação de animais e pesca. Promove-se, para isso, uma escuta atenta e sensível de pessoas mais velhas da comunidade Truká da Ilha de Assunção, em Pernambuco. No texto, os processos próprios de aprendizagem Truká são vistos como ferramentas para fortalecer o projeto diferenciado de Educação Escolar Indígena em processos de retomadas didático-pedagógicas e epistemológicas.

Fechando o dossiê, o texto escrito por Janilson Medeiros da Silva, Rita de Cácia Santos Chagas e Klayton Santana Porto, *A confluência da Matemática com a pintura corporal Tuxá Kiniopará: da simbologia da proteção à representação do território* também se dedica a explicitar bases epistemológicas específicas desta vez do povo Tuxá, no município de Ibotirama, Bahia. Indaga-se, de modo especial, sobre a relação ancestral entre o grafismo e os padrões matemáticos na identidade, simbologia de proteção cultural. Trata-se de uma autoetnografia que concentra a análise em dois símbolos do grafismo corporal que compõem um sistema visual complexo, em que memória, espiritualidade, gênero, cosmologia e padrões matemáticos se entrelaçam em simetrias, repetições e proporções.

Desejamos que este dossiê contribua para a ampliação das discussões críticas sobre escolas, universidades e currículos nos quais vingaram verdades únicas e monoepistêmicas. Que a leitura do conjunto de artigos seja inspiradora para as lutas antirracistas e para as transformações no campo da Educação.

Sobre os organizadores do Dossiê:

Adir Casaro Nascimento: Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP/Marília). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Coordena o Grupo de Pesquisa Educação e Interculturalidade (CNPq). **E-mail:** adir@ucdb.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7488-6022>

Iara Tatiana Bonin: Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (PPGEDU/UnB). Pedagoga pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordena o Grupo de Pesquisa Baobá: perspectivas interculturais e antirracistas (CNPq). **E-mail:** itbonin@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7156-8849>

Antonio Hilario Aguilera Urquiza: Pós-doutorado pela Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF), sob supervisão de Daniel Mato, na Argentina. Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca (USAL), na Espanha. Professor titular e emérito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS/UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFMS). Coordenador do Grupo de Pesquisa Antropologia, Direitos Humanos e Povos Tradicionais. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **E-mail:** hilarioaguilera@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3375-8630>

